

A METRÓPOLE DE SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Eduardo Cesar Leão Marques



RESUMO

O artigo analisa as transformações recentes da metrópole de São Paulo em termos sociais, demográficos, de segregação residencial e de acesso a serviços. As transformações recentes sugerem melhoras em vários indicadores, mas também a permanência e a reconstituição de desigualdades. A metrópole se mostra mais diversificada e crescentemente heterogênea, sendo cada vez mais necessário escaparmos de categorias dualistas de análise.

Palavras-chave: transformações sociais; segregação residencial; conjuntura social; São Paulo.

ABSTRACT

This article analyses the recent transformations taking place in the metropolis of São Paulo in social and demographical aspects, regarding residential segregation and access to services. The recent changes suggest that several indicators have improved, but also that inequalities have re-emerged and lingered. The metropolis has made itself more diversified and increasingly heterogeneous, which is why it is more and more important not to fall into dualistic categories of analysis.

Keywords: social transformations; residential segregation; social situation; São Paulo.

Este artigo discute algumas das mais importantes transformações vivenciadas pela metrópole paulistana ao longo das últimas duas décadas. Dialoga com a literatura existente e com evidências empíricas levantadas pelo Censo de 2010, mas baseia-se em especial em análises publicadas em livro organizado por mim sobre o tema (Marques, 2014b).

A cidade de São Paulo tem sido objeto de investigação privilegiada ao menos desde os anos 1970. Um panorama mínimo das leituras sobre a cidade se inicia com a denúncia do caráter excludente do desenvolvimento vigente no regime militar por Camargo (1976) e Kowarick (1979), assim como com as análises sobre os processos de “periferização” de Bonduki e Rolnik (1982) e Durham (1988). Mais recentemente, estudos de detalhe escrutinaram processos específicos, como a produção de condomínios fechados (Caldeira, 2000), as relações entre pobreza, desigualdades sociais e segregação (Marques & Torres, 2005), as diversas formas de moradia precária (Kowarick, 2009), os padrões de sociabilidade em situações de pobreza (Marques, 2010), as múltiplas formas de regulação da sociabilidade periférica, dado o crescimento da violência (Feltran, 2010) ou o lugar da informalidade em suas relações e processos (Telles, 2010).

Desde a década de 1950, São Paulo constituiu-se como metrópole com um vasto tecido urbano

marcado por grandes desigualdades em termos de oportunidades, riqueza e condições de vida. A literatura do período sustentou a presença de uma estrutura centro-periferia com espaços cobertos de serviços e amenidades habitados por grupos sociais ricos (no centro) opondo-se a vastas regiões precárias ocupadas de forma irregular por trabalhadores manuais, pobres e migrados recentemente. Embora leituras como a de Bonduki e Rolnik (1982) partissem de uma visão nuançada dessa estrutura, consolidou-se na literatura um dualismo nos espaços da metrópole, vigente não apenas em São Paulo (Santos & Bronstein, 1978). Talvez essa interpretação pudesse ser precisa para os anos 1970, mas certamente não consegue dar conta dos processos recentes, marcados por centros e periferias no plural, nuances, lugares de transição e áreas mistas, mesmo que convivendo com regiões mais exclusivas. A presença de um espaço plural e diversificado, embora ainda profundamente desigual, é um dos elementos mais marcantes deste artigo.

O artigo é organizado em três partes, além desta introdução e da conclusão. Na próxima seção, discuto as transformações econômicas e da estrutura social ocorridas na metrópole. A segunda

EDUARDO MARQUES é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

parte analisa as mudanças demográficas e nos padrões de segregação residencial, e a terceira foca as alterações em termos de políticas públicas e acesso a serviços.

TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E DA ESTRUTURA SOCIAL

Em primeiro lugar, cabe discutir as principais transformações econômicas, da estrutura social e do mercado de trabalho. Em geral, ocorreram intensas mudanças produtivas e econômicas na metrópole paulistana nas duas últimas décadas. Em termos econômicos, verificou-se um significativo crescimento relativo no setor de serviços, em especial nos serviços produtivos e no comércio. Entretanto, isso não representou um esvaziamento da indústria, e a metrópole paulistana aparentemente superpôs funções econômicas, concentrando capacidades de comando sem perder completamente a produção industrial (Campolina Diniz & Campolina, 2007). A cidade, portanto, tornou-se mais terciária, mas sem ter deixado de ser secundária.

As décadas de 1990 e 2000 apresentaram sinais trocados em termos de emprego e pobreza. Nos anos 1990, após um momento concentrado de melhora com a estabilização econômica em 1994, o desemprego, a informalidade e a pobreza voltaram a crescer. Nos anos 2000 esses vetores se inverteram, com redução do desemprego e da pobreza e aumento da formalização dos postos de trabalho. Prates e Barbosa (no prelo) sugerem que o mercado de trabalho ficou mais receptivo para trabalhadores de baixa qualificação nos anos 2000 do que na década anterior, levando inclusive ao crescimento dos rendimentos dos trabalhadores de baixa qualificação já empregados. O balanço geral das duas décadas indica um saldo de redução da pobreza e das desigualdades medidas pela renda, assim como de diminuição do desemprego e de crescimento dos postos formais de trabalho (Marques, Barbosa & Prates, no prelo).

Muito já se discutiu o efeito de transformações econômicas desse tipo sobre a estrutura social. Uma parte expressiva do debate nacional ao longo dos anos 1990 denunciou a presença de polarização social, o que se associava aos dualismos já

discutidos. Internacionalmente, enquanto alguns sugeriram a presença de polarização ocupacional – com consequentes polarizações de renda, social e espacial –, outros autores preferiram sustentar a ocorrência de profissionalização ocupacional. Análises existentes sobre classes sociais na metrópole utilizando a classificação ocupacional EGP, amplamente disseminada internacionalmente (Marques, Barbosa & Prates, no prelo), indicam a existência de um lento, mas consistente padrão de transformações. Não há sinais de polarização, pois, embora as categorias superiores profissionais tenham crescido e as classes de trabalho manual tenham decrescido, as classes intermediárias também aumentaram relativamente. Por outro lado, as classes manuais, qualificadas e não qualificadas, continuaram sendo predominantes, o que confirma a hipótese anterior de superposição de funções econômicas – com o crescimento de atividades de comando, mas a manutenção de substanciais atividades industriais de caráter fordista.

Como seria de esperar, todas essas mudanças impactaram as desigualdades de rendimento no mercado de trabalho. Barbosa e Prates (no prelo) identificaram sinais de polarização social entre ocupações nos anos 1990 com a reestruturação produtiva, mas revertida na década seguinte, quando a economia brasileira voltou a crescer. A decomposição da desigualdade por essas dimensões sociais mostrou que a desigualdade se reduziu entre classes e dentro delas, como efeito de gênero e da formalização do emprego. Por outro lado, as desigualdades aumentaram com relação à idade e aos níveis educacionais. O efeito da educação é interessante, pois contribuiu para a redução das desigualdades em nível nacional, mas não em São Paulo, possivelmente pela elevação dos requisitos dos novos empregos, dados os traços de profissionalização já indicados. O saldo geral das duas décadas, entretanto, foi de redução das desigualdades (Barbosa & Prates, no prelo).

Vale acrescentar que a escolaridade média cresceu em todas as classes pelo maior acesso às políticas educacionais, especialmente para os mais jovens. Esses movimentos se fizeram acompanhar de forte entrada das mulheres no mercado de trabalho em quase todas as classes, mas em especial nas ocupações profissionais, contribuindo para uma

pequena, mas clara, redução das desigualdades de gênero. O mesmo não se verificou com relação à cor da pele, mantendo-se intocadas as desigualdades raciais na década (Marques, Barbosa & Prates, no prelo).

DEMOGRAFIA E SEGREGAÇÃO

Muito se tem discutido sobre as transformações dos padrões de crescimento demográfico em São Paulo, tanto com relação à rede urbana brasileira, quanto em termos intrametropolitanos. No que se refere à primeira dimensão, apesar da disseminação da metropolização para o interior do país, a maior parte das metrópoles continua crescendo (Cunha, no prelo). No caso de São Paulo, as taxas recentes de crescimento demográfico foram superiores ao crescimento vegetativo (Cunha, no prelo), embora pequenas e decrescentes (Baeninger, 2012), alcançando-se, nos anos 2000, a taxa média mais baixa desde o início do século XX, próxima de 1% ao ano. Essa queda deveu-se a um arrefecimento da migração, mas também à continuidade da intensa queda da fecundidade já verificada nas últimas décadas, fenômeno também indiretamente associado à diversificação dos arranjos familiares e ao crescente envelhecimento da população (Baeninger, 2012).

A migração para São Paulo caiu continuamente desde a década de 1980, embora a região continue apresentando atratividade, tanto de outros estados quanto do interior. Esse fluxo foi acompanhado por intensa migração para o interior do estado e para municípios periféricos da região, sendo os municípios maiores e mais expressivos – São Paulo, Guarulhos, Osasco e os do ABC – importantes doadores de migrantes. Esses fluxos incluem a superposição de vários processos, incluindo o deslocamento de grupos de alta renda para condomínios fechados em áreas periféricas, mas também a recepção de migrações de outros estados e da própria metrópole por municípios de menor porte (Cunha, no prelo).

O crescimento médio da metrópole, entretanto, oculta processos muito significativos, como já destacado para décadas anteriores por Torres (2005). Marques e Requena (no prelo) mostraram que na década de 2000 reduziu-se substancialmente a

associação entre dinâmica demográfica e as características sociais de cada espaço da metrópole. Nos anos 1980 e 1990, áreas mais ricas apresentavam decréscimo populacional absoluto, enquanto áreas pobres apresentavam taxas de crescimento elevadas. Em termos espaciais, isso resultava em decréscimo das áreas centrais da metrópole e em continuidade da expansão das periféricas. Nos anos 2000, essa associação não mais se verificou, sendo o crescimento mais claramente associado a processos localizados de produção do espaço. Nestes, porções centrais da metrópole continuaram perdendo população, enquanto outras voltaram a crescer a taxas reduzidas e outras ainda cresceram a taxas mais elevadas. Esse processo, entretanto, não foi generalizado, sendo apressado afirmar genericamente o retorno do crescimento ao centro da metrópole. Por outro lado, algumas periferias continuaram crescendo muito, enquanto outras se mantiveram estáveis. Nesse caso, as áreas que mais cresceram continuaram a receber migrantes recentes, confirmando que a continuidade da “periferização” coexiste com a consolidação de parcelas das periferias.

As transformações da década também tiveram efeitos sobre a segregação residencial, uma das dimensões constitutivas mais fortes da metrópole paulistana. A estrutura de segregação manteve-se bastante elevada e relativamente estável (Marques, no prelo). Em termos gerais, continua em vigência uma genérica oposição entre centrais mais ricas e habitadas por categorias superiores e áreas exteriores habitadas pela população mais pobre e de classes manuais. Entretanto, essa estrutura oculta várias dimensões importantes observáveis apenas nos detalhes.

Enquanto a região habitada pelas elites é quase completamente exclusiva, as áreas periféricas são bastante heterogêneas socialmente. Os grupos mais segregados são exatamente as classes superiores. Além disso, há um claro padrão de “evitação” entre classes sociais na segregação, especialmente para a elite, sendo os graus de segregação ordenados para cada grupo com relação aos demais, e crescentes à medida que descemos (ou subimos) na estrutura social. Na década ocorreu um crescimento da presença das classes profissionais em todos os espaços, mesmo nas periferias, embora maior

nas áreas elitizadas. Ao mesmo tempo, as classes manuais tenderam a se reduzir também em todos os espaços, mas dessa vez com maior ênfase nas áreas periféricas. O centro histórico, por outro lado, se tornou mais popular. Ao longo da década, portanto, ocorreram dois processos considerados classicamente pela literatura como opostos: as áreas centrais de elite tornaram-se mais exclusivas, e as áreas periféricas pobres e médias ficaram mais heterogêneas. Isso pode parcialmente ser creditado ao crescimento de condomínios fechados em áreas periféricas, em especial da região oeste da metrópole, mas mesmo esse tipo de ocupação apresenta razoável heterogeneidade, com a presença de padrões médio-alto, alto e muito alto, cercados de habitantes com características pobres e baixa infraestrutura (Requena, Hoyler & Saraiva, no prelo). O padrão de “evitação” entre classes, por fim, também se tornou mais nítido ao longo da década, mas a maior heterogeneidade nas periferias é incompatível com a ideia de polarização espacial, assim como com as representações duais da metrópole.

Contrariamente a uma parte substancial dos debates, França (no prelo) acrescentou a esse quadro de segregação por classe as cores da dimensão racial. O autor mostrou de forma muito eloquente a presença de elevada segregação também por raça, que se combina com classe na constituição da segregação residencial na metrópole paulistana. Essa não aparece nos índices de dissimilaridade entre brancos e negros, mas, quando se analisa classe e raça conjuntamente, encontra-se elevada segregação nos grupos de elite (brancos e negros) e muito menor nos grupos mais populares e manuais (brancos ou negros). Além disso, há claro padrão de “evitação” por cor da pele e classe de forma combinada: dados de dissimilaridade mostram que brancos ricos têm menor segregação de brancos médios, de negros ricos e só depois de brancos pobres. De uma forma geral, por fim, os patamares de segregação são muito mais elevados a partir dos negros, separando uma elite branca e rica, relativamente próxima de brancos de classe média, do restante da população.

ACESSO A SERVIÇOS E POLÍTICAS

Um tema clássico no estudo das metrópoles brasileiras é a cumulatividade das desigualdades sociais com a precariedade urbana, ou a superposi-

ção entre a estrutura social no espaço e a estrutura de equipamentos e serviços públicos. As últimas décadas continuaram trazendo melhora em termos médios dos indicadores de condições urbanas, embora de forma mais lenta dependendo do serviço, como no caso do esgotamento sanitário, ainda muito distante da universalização – cerca de 85% de cobertura, mas incluindo um conjunto expressivo de ligações nas redes de drenagem (Requena, Ralize & Sarue, no prelo).

A observação de indicadores de condições urbanas em São Paulo em 2010, se, por um lado, confirma a melhora das médias, por outro sugere a permanência de intensas desigualdades intrametropolitanas em termos de oferta. Essas desigualdades se encontram ainda fortemente associadas a condições socioeconômicas dos moradores (Requena, Ralize & Sarue, no prelo). Enquanto os grupos de elite habitam apenas locais de condições ótimas e boas, a heterogeneidade cresce à medida que se caminha para grupos de classe média e de trabalho manual. Essas desigualdades apresentam uma feição territorial, com a permanência de uma região central muito bem assistida e habitada por grupos de elites e a consolidação de espaços de elite em áreas periféricas em regiões ainda não tão bem servidas. Ao mesmo tempo, espaços de grupos médios e pobres apresentam condições heterogêneas, embora cada vez mais precárias quando se caminha para baixo na estrutura social.

Outro tema clássico diz respeito à precariedade urbana. No momento de mais intensa metropolização, nos anos 1960 e 1970, os loteamentos clandestinos e irregulares eram predominantes, mas gradativamente as favelas se integraram ao tecido urbano paulistano a partir dos anos 1980. Estudos baseados diretamente em dados censitários, como Saraiva (no prelo), sugerem que a população favelada cresceu pouco na década, menos inclusive que o conjunto da metrópole – 0,44% ao ano no município de São Paulo (Saraiva, no prelo) –, embora com aumento de densidade. Além disso, as condições sociais nas favelas paulistanas continuaram melhorando na última década, embora esse tipo de moradia precária continue sendo marcado por intensa heterogeneidade em termos de conteúdos sociais e condições de infraestrutura. O trabalho da autora, entretanto, sugere uma redução dessa

heterogeneidade, apesar da permanência de um conjunto de favelas com condições bastante precárias.

Resultados similares foram obtidos por estudo utilizando outra estratégia metodológica (CEM/Emplasa, 2014). O estudo aplicou, a dados do Censo de 2010 de metrópoles paulistas, metodologia desenvolvida pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM para o Ministério das Cidades (CEM/Ministério das Cidades, 2008). A estimativa gerou pela primeira vez números comparáveis entre censos, visto que foram ajustados pela mesma metodologia.

Segundo esse estudo, a proporção de moradores em assentamentos precários na região metropolitana de São Paulo teria se reduzido de 15% para 14,5% entre 2000 e 2010. O tamanho absoluto da população desses núcleos teria aumentado de 2,6 milhões para 2,8 milhões de habitantes, sendo a redução proporcional resultado de crescimento mais reduzido nesses assentamentos do que no conjunto da metrópole. A melhora das condições sociais médias dos assentamentos também foi confirmada pelo estudo.

A contraparte da precariedade habitacional diz respeito à produção habitacional formal, pública e privada. Nos últimos anos, essas têm se aproximado significativamente, com o aumento da presença privada na implementação dos programas públicos e com a criação de um mercado popular privado. Com relação aos primeiros, a produção habitacional pública recente se restringiu basicamente ao programa Minha Casa Minha Vida, que produziu cerca de 130 mil unidades na região (Marques & Rodrigues, 2013). As análises existentes sugerem que o impacto sobre o déficit habitacional foi maior nas faixas de renda mais elevadas do que nas mais baixas, onde se localiza a maior parte das carências. A espacialização da produção para cada uma das faixas, entretanto, embora indique um padrão periférico, sugere cautela nas avaliações quando comparada com a produção pública anterior, ao menos em São Paulo. A produção para a faixa de renda mais baixa apresentou padrão de localização similar ao das políticas prévias, mas a localização para as faixas mais altas tem padrão claramente menos periférico do que os conjuntos existentes. O elemento importante a observar é que a produção habitacional anterior no Brasil não atendia à

faixa de renda mais baixa, mas principalmente à segunda faixa do atual programa federal. Portanto, quando comparado com o seu equivalente anterior, o programa tem empreendimentos menos periféricos, embora ainda assim relativamente distantes de centralidades.

A produção habitacional do mercado imobiliário, por outro lado, foi orientada tradicionalmente para rendas alta e média-alta, mas, embora essa produção ainda seja predominante, ao menos uma parte recente dela via mercado se aproximou da produção pública. A produção por incorporação apresentou um claro ciclo de três fases desde meados dos anos 1980, cada uma com características distintas em termos espaciais, dos tipos de empreendimentos, preços e características (Hoyler, no prelo). Enquanto as duas primeiras estiveram quase completamente devotadas à produção para renda alta em espaços elitizados, a última (de 2005 a 2013) inclui também mercado popular mais diversificado e com localização mais abrangente territorialmente e menos centralizada. Essa produção tem causado impactos localizados importantes em periferias consolidadas (Requena, Hoyler & Saraiva, no prelo) contribuindo para a já destacada heterogeneidade desses espaços.

Outra dimensão muito importante da ação pública na metrópole diz respeito à mobilidade urbana. As informações sobre deslocamentos (das pesquisas “Origem e Destino” da Companhia do Metrô) indicam um padrão bastante consolidado e estável, com cerca de um terço dos deslocamentos acontecendo a pé, onde os modais rodoviários têm ampla predominância e o transporte sobre trilhos tem participação muito pequena, inferior a 9% (Requena, no prelo). O ônibus é o mais importante dentre os transportes públicos, com um quarto dos deslocamentos, proporção relativamente similar ao uso do automóvel. Considerando-se que um usuário de automóvel ocupa em média 21 vezes o espaço viário de um usuário de ônibus (Requena, no prelo), está explicado grande parte do problema viário da metrópole. Vale dizer que os dados indicam que grupos de maior renda e escolaridade habitantes de áreas centrais andam menos a pé e utilizam automóveis muito mais frequentemente, enquanto o uso dos ônibus é mais disseminado socialmente. O tempo de deslocamento, por fim,

também apresenta claras diferenças sociais, sendo o modal ônibus o que apresenta tempos de viagem mais elevados. O conjunto desses elementos permite caracterizar a presença de fortes desigualdades sociais na mobilidade da metrópole paulistana.

Por fim, seria impossível fechar este artigo sem discutir ao menos de forma rápida a violência urbana. Esta multifacetada questão representa um dos maiores problemas vivenciados na metrópole, mas envolve ao menos três grandes dimensões: a violência como gramática das relações cotidianas (incluindo doméstica), as percepções sobre a violência, e os riscos diferenciais de sofrer violência associados a atividades criminais. Todas essas dimensões têm importância e consequências para a cidade, como mostram os efeitos do medo sobre a disseminação dos condomínios fechados e da segurança privada (Caldeira, 2000).

No que diz respeito aos indicadores de criminalidade, ocorreu intenso crescimento dos homicídios no final dos anos 1990, com pico da taxa de homicídios de 56,4 por 100 mil habitantes em 2001, mas posterior redução paulatina até 2008, quando a taxa chegou a 14,9 por 100 mil, mantendo-se estável a partir de então (Peres et al., 2011; Nery, 2012). A distribuição espacial das taxas, entretanto, permaneceu praticamente inalterada, indicando estabilidade nas desigualdades sociais da distribuição da violência letal. Essa queda foi acompanhada do crescimento de delitos, como o tráfico de entorpecentes, assim como do aumento substancial da população carcerária e dos indicadores de violência policial. Além disso, as últimas décadas assistiram à expansão do crime organizado na metrópole, com a constituição do Primeiro Comando da Capital – PCC, inicialmente no sistema prisional e depois nos bairros periféricos. Pesquisas etnográficas recentes têm demonstrado a presença dessa organização criminosa na regulação da sociabilidade nas periferias paulistanas, com importantes consequências sobre as relações (e a violência) cotidianas (Feltran, 2014). As questões da violência e do crime organizado, portanto, tornaram-se presenças constantes na vida da metrópole, para além dos patamares dos indicadores e com fortes desigualdades em relação aos grupos sociais envolvidos.

CONCLUSÃO

As transformações das últimas décadas tornaram a metrópole paulista mais diversificada e heterogênea em termos produtivos, sociais e espaciais. Em diversas dimensões, a metrópole tem também se tornado menos desigual em termos de renda, inserção no mercado de trabalho e condições de vida, mesmo em seus espaços precários. Os processos de produção de cada um de seus espaços (e o plural é cada vez mais importante) são crescentemente definidores de seus respectivos padrões de crescimento, condições sociais, formas de produção habitacional e precariedade urbana.

Em outras dimensões, entretanto, os padrões de desigualdade continuam fortes e presentes. Certas áreas precárias pouco melhoraram, o padrão de universalização dos serviços é parcial e seletivo (espacial e socialmente), o estoque de precariedade habitacional é ainda muito elevado e os padrões estáveis de mobilidade urbana e de violência urbana são marcados por fortes desigualdades sociais. Sob o ponto de vista de seus espaços, a metrópole continua fortemente segregada em termos de raça e classe, em uma estrutura claramente hierárquica. Mas a cidade vivencia simultaneamente processos usualmente considerados como dissociados, se não antagonísticos: popularização de seu centro histórico e áreas de elite cada vez mais exclusivas, mas regiões intermediárias e periféricas cada vez mais misturadas socialmente.

Esses processos sugerem ser necessário escapar cada vez mais de interpretações duais, abrindo espaço para diversos tipos de espaços (e grupos sociais) intermediários na metrópole. Isso não significa o completo desaparecimento de uma estrutura grosseiramente radial e concêntrica em suas dimensões mais gerais, e muito menos das desigualdades socioespaciais que caracterizam São Paulo tão fortemente, mas a sua recomposição em padrões mais complexos e contínuos. O sumário desses elementos talvez pudesse ser enunciado como apontando para maior heterogeneidade, acompanhada de menores, mas reconfiguradas, desigualdades.

BIBLIOGRAFIA

- BAENINGER, R. "Crescimento da População na Região Metropolitana de São Paulo: Desconstruindo Mitos do Século XX", in L. Kowarick; E. Marques (orgs.). *São Paulo: Novos Percursos e Atores*. São Paulo, Ed. 34/CEM, 2012.
- BARBOSA, R.; PRATES, I. "Mercado de Trabalho e Estrutura das Desigualdades: 1981-2011", in E. Marques (org.). *São Paulo, 2010: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades na Metrópole*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, no prelo.
- BONDUKI, N.; ROLNIK, R. "Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do Espaço como Expediente de Reprodução da Força de Trabalho", in E. Maricato (org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) do Brasil Industrial*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.
- CALDEIRA, T. *Cidade dos Muros*. São Paulo, Ed. 34, 2000.
- CAMARGO, C. (org.). São Paulo, 1975 – *Crescimento e Pobreza*. São Paulo, Loyola, 1976.
- CAMPOLINA DINIZ, C.; CAMPOLINA, B. "A Região Metropolitana de São Paulo: Reestruturação, Re-espacialização e Novas Funções", in *Revista Eure*, vol. XXXIII (98), 2007, pp. 27-43.
- CEM/EMPLASA. *Diagnóstico dos Assentamentos Precários nas Cidades da Macrometrópole Paulista*. São Paulo, CEM, 2014. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/1192>.
- CEM/MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Assentamentos Precários no Brasil Urbano*. São Paulo, Ministério das Cidades/CEM, 2008. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/580>.
- CUNHA, J. "Dinâmica Demográfica e Migratória 1991-2010: Realidades e Mitos", in E. Marques (org.). *São Paulo, 2010: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades na Metrópole*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, no prelo.
- DURHAM, E. "A Sociedade Vista da Periferia", in L. Kowarick (org.) *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- FELTRAN, G. *Fronteiras da Tensão*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, 2010.
- _____. "Crime e Periferia", in R. Lima; J. Ratton; R. Azevedo (orgs.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2014, pp. 299-307.
- FRANÇA, D. "Desigualdades e Segregação Residencial por Raça e Classe", in E. Marques (org.). *São Paulo, 2010: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades na Metrópole*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, no prelo.
- HOYLER, T. "Produção Habitacional Via Mercado: Quem Produz, Como e Onde?", in E. Marques (org.). *São Paulo, 2010: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades na Metrópole*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, no prelo.
- KOWARICK, L. *Espoliação Urbana*. Petrópolis, Paz e Terra, 1979.
- _____. *Viver em Risco*. São Paulo, Ed. 34, 2009.
- MARQUES, E. *Redes Sociais, Segregação e Pobreza*. São Paulo, Ed. Unesp, 2010.
- _____. "Os Espaços Sociais da Metrópole nos 2000", in E. Marques (org.). *São Paulo, 2010: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades na Metrópole*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, no prelo(a).
- _____. (org.). *São Paulo, 2010: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades na Metrópole*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, no prelo(b).

- MARQUES, E.; BARBOSA, R.; PRATES, I. "Transformações Socioeconômicas e Grupos Sociais", in E. Marques (org.). *São Paulo, 2010: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades na Metrópole*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, no prelo.
- MARQUES, E.; REQUENA, C. "Trajetórias Demográficas Diversas e Heterogeneidade", in E. Marques (org.). *São Paulo, 2010: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades na Metrópole*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, no prelo.
- MARQUES, E.; RODRIGUES, L. "O Programa Minha Casa Minha Vida na Metrópole Paulista: Atendimento Habitacional e Padrões de Segregação", in *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 15, 2013.
- MARQUES, E.; TORRES, H. *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo, Senac, 2005.
- NERY, M. "Mortalidade por Atos Violentos em São Paulo: Ponderações Necessárias", in *NEV. 5º Relatório Nacional de Direitos Humanos 2001-2010*. São Paulo, FFLCH/NEV, 2012.
- PERES, M. et al. "Queda dos Homicídios em São Paulo, Brasil: Uma Análise Descritiva", in *Revista Panamericana de Salud Publica*, vol. 29(1), 2011, pp. 17-26.
- PRATES, I.; BARBOSA, R. "Mercado de Trabalho, Estrutura Ocupacional e Pobreza: 1991-2010", in E. Marques (org.). *São Paulo, 2010: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades na Metrópole*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, no prelo.
- REQUENA, C. "A Mobilidade Paulista: Rodoviária, Individual e Desigual", in E. Marques (org.). *São Paulo, 2010: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades na Metrópole*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, no prelo.
- REQUENA, C.; HOYLER, T.; SARAIVA, C. "Interação e Segregação: Centro, Periferia e Residenciais Fechados", in E. Marques (org.). *São Paulo, 2010: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades na Metrópole*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, no prelo.
- REQUENA, C.; RALIZE, S.; SARUE, B. "Condições Urbanas: Desigualdades e Heterogeneidade", in E. Marques (org.). *São Paulo, 2010: Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades na Metrópole*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, no prelo.
- SANTOS, C.; BRONSTEIN, O. "Meta-urbanização – O Caso do Rio de Janeiro", in *Revista de Administração Municipal*, vol. 25, n. 149, 1978.
- SARAIVA, C. "Revisitando a Dinâmica Social das Favelas", in E. Marques (org.). *São Paulo, 2010. Espaços, Heterogeneidades e Desigualdades na Metrópole*. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, no prelo.
- TELLES, V. *A Cidade nas Fronteiras do Legal e Illegal*. Belo Horizonte, Argumentum, 2010.
- TORRES, H. "Fronteira Paulista", in E. Marques; H. Torres (orgs.). *São Paulo, Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo, Senac, 2005.